



DIOMEDES

Por algum tempo, a nossa luta não poderá contar com um dos seus melhores guerreiros: Diomedes Cesário da Silva. Foi ele mais uma vítima da violência que, cada vez mais, domina e avassala o nosso País. A miséria crescente, o desemprego, a desesperança e as injustiças sociais estão em toda parte. Todos nós, de uma forma ou de outra, somos vítimas desses modelos econômicos que nos são impostos de cima para baixo e de fora para dentro, cada vez mais elitistas, cada vez mais excludentes, cada vez mais egoístas. A economia não serve mais aos seres humanos; os seres humanos é que servem à “economia”.

Foi um desses infelizes excluídos que serviu de instrumento para a tragédia daquele sábado. Vítima também, como milhões de marginalizados que, em última análise, simbolizam a razão principal pela qual lutamos. A nossa luta é para que este País não deserde tantos, não seja tão injusto, tenha mais riquezas para dividir entre todos, e não para concentrar em tão poucas mãos e, pior ainda, garantir a riqueza de outros povos que não o nosso.

A ironia da tragédia que atingiu Diomedes, sua família, todos nós está aí: a bala atingiu um dos mais firmes defensores de uma sociedade onde não haja violência gerada por uma economia injusta, gananciosa e matriz de todas as mazelas sociais que agriem aos brasileiros.

O sistema vigente, gerando desemprego e miséria, não deixa alternativas. Hoje só restam quatro opções ao brasileiro: ser assaltante, traficante, corretor de bicho ou morto de fome.

A figura séria, mas serena, inspiradora de confiança e afeto que o Diomedes representa - o Frei Cesário, como fraternalmente o chamamos - estará de volta à luta. Forças maiores não o intimidaram antes. Não será agora que ele ficará afastado de nossas trincheiras.

AEPET ESCLARECE SOBRE AUMENTO DOS COMBUSTÍVEIS

A AEPET publica, neste boletim, cópia do documento que foi distribuído à imprensa, por ocasião da entrevista coletiva realizada no início deste mês, sobre o aumento dos preços dos combustíveis.

A entrevista com o presidente da Entidade, Fernando Siqueira, foi transmitida pelas rádios Globo e CBN, além de noticiada por alguns jornais, como a Tribuna da Imprensa e o Nação Brasil. O documento, explica, baseado na portaria 30/94, emitida pelo Departamento Nacional de Combustíveis (DNC) em 06.07.94, que o recente aumento dos preços dos combustíveis não foi, de forma alguma, suficiente sequer para restabelecer os preços que eram praticados pela PETROBRAS em 1º de julho do ano passado. O aumento beneficiou, na verdade, outros segmentos que atuam na comercialização dos derivados de petróleo, principalmente as distribuidoras.

A VERDADE SOBRE O AUMENTO DA GASOLINA

A partir de 01 de julho de 1994, os consumidores passaram a pagar por litro de gasolina R\$ 0,537. Foi uma grande confusão devido a terceira casa decimal. E, por isso, o Presidente Itamar exigiu explicações.

Então, o Departamento Nacional de Combustíveis (DNC) emitiu a Portaria nº 30/94, publicada no Diário Oficial da União de 08/07/94, esclarecendo aos consumidores sobre a destinação de cada centavo de real despendido na compra de gasolina.

Segundo a citada Portaria, que confirmou antiga tese da AEPET, o preço da gasolina da Petrobrás, sem ICMS, nos portões das refinarias, em 01/07/94, era R\$ 0,267 por litro, dos quais R\$ 0,0802 eram destinados a subsidiar o gás de cozinha e a nafta petroquímica; R\$ 0,0094 eram PIS/COFINS; R\$ 0,0534 eram subsídio ao álcool; R\$ 0,0009 eram IPMF; R\$ 0,0018 eram "royalties"; R\$ 0,0104 eram imposto sobre importação; R\$ 0,035 eram Frete de Uniformização de Preços; sobrando para a Petrobrás, apenas, R\$ 0,0759, ou seja, 14% do preço pago pelo consumidor. Isto depois da Empresa descobrir, produzir, transportar e refinar o petróleo. E as distribuidoras, para não fazerem nada, recebiam os mesmos 14%!

Os números da Portaria 30/94 do DNC eram tão escandalosos que motivaram uma representação do ex-Deputado Paulo Ramos junto à Procuradoria Geral da República, protocolada sob o nº 08100002429/94-79, assim como uma carta da AEPET ao Presidente Itamar destacando que, do preço pago pelo consumidor, as distribuidoras ficavam com 14% (2% nos EUA), os revendedores com 11%, os impostos com 36%, o subsídio ao álcool com 10%, o subsídio do GLP/nafta com 15% e, finalmente, a Petrobrás com 14% (65% nos EUA).

Lamentavelmente, a carta da AEPET não obteve resposta (no período pré-URV o Governo transferiu para as distribuidoras um ganho inexplicável de US\$ 50 milhões/mês, manipulando a estrutura de preços). No primeiro ano do Plano Real, o Ministro Ciro Gomes, demagogicamente, reduziu os preços dos derivados de petróleo. Em maio/junho/95, por pressão dos usineiros, o Governo aumentou duas vezes o preço do álcool mas "para preservar o Real" quem bancou os aumentos foi a PETROBRAS. E, em 01/07/95, fixou o preço da nafta com um subsídio de US\$ 20 por tonelada, quando comparado com o preço do mercado internacional, contrariando, inclusive, a Exposição de Motivos nº 400.

O resultado de todos estes absurdos é confirmado pelo presidente da Federação Nacional de Revendedores: as distribuidoras, que antes do Real tinham uma receita equivalente a R\$ 13,00 por m de produto, passaram a ter a espetacular receita de R\$ 37,00 por m, sendo que só uma das distribuidoras do cartel passou de um lucro anual de US\$ 8 milhões para US\$ 138 milhões (um aumento de 1625%). Ainda de acordo com o citado presidente, a BR tinha aumentado seu lucro em mais de 190%, o que certamente ocorreu com as demais distribuidoras (Shell, Esso, Texaco), até porque elas distribuem nos pontos mais lucrativos, cabendo à BR o interior do País, a parte mais social e menos rentável da distribuição.

Resumindo, no período de 01/07/94 a 27/09/95, com uma inflação acumulada de 35,2%, o preço do litro de gasolina ao consumidor aumentou de R\$ 0,537 para R\$ 0,561, ou seja, 4,46% de correção, enquanto o preço da Petrobrás nos portões de suas refinarias variou de R\$ 0,267 para R\$ 0,270 (1,2% de correção).

O reajuste de 1,2% não foi suficiente para cobrir os aumentos dos encargos a que foi submetida a Petrobrás. Por que? Vale lembrar que ocorreram dois aumentos de 6% em maio e junho/95 para o álcool, sem repasse ao consumidor. Mais uma vez quem arcou com os prejuízos foi a Petrobrás. Aliás, não é de se estranhar, em vista do recente episódio da demissão do Diretor do Departamento Nacional de Combustíveis (DNC), Sr. Paulo Motoki. Conforme ficou patente, o Sr. Motoki estava no DNC a serviço do SINDICOM (SHELL, ESSO etc), para quem trabalhou como

consultor antes de assumir o Departamento (A PTM Assessoria Econômica era a empresa do Sr. Motoki). O Sr. Motoki caiu porque ficou provado que tinha um "assessor" para reestruturação do órgão controlador do setor petróleo: um preposto da SHELL.

Os citados aumentos arrebentaram o caixa da Empresa. O lucro de R\$ 1,7 bilhão de 1994 transformou-se em prejuízo no 1º semestre deste ano, que foi atribuído à greve dos petroleiros. Apenas para esclarecer, os combustíveis importados durante a greve foram vendidos com lucro.

A pergunta que a Nação faz é: por que este aumento agora, no instante em que o Plano Real chega no auge do risco de inviabilidade: quebraadeira geral na indústria, comércio tendo reduções drásticas nas vendas, desemprego crescente, inadimplência, aumento descomunal da dívida interna, bancos privados quebrados, déficit na balança de pagamento, etc.

Por que o aumento dos combustíveis em uma hora tão imprópria? Os economistas, em debate no JB de 01/10/95, também se mostraram perplexos. No entender da AEPET o aumento se deu por quatro motivos principais:

1) É preciso começar os aumentos agora para que, se a Petrobrás vier a ser adquirida pelo oligopólio internacional, como tem ficado claro através das intenções e atitudes do Governo, os preços já estejam no patamar lucrativo. Desta forma, a população não ficará contra as Seis Irmãs.

2) Os dois aumentos dados aos alcooleiros em maio e junho/95 (6% cada) inviabilizaram a Petrobrás, pois a parcela da Companhia, que havia caído de US\$ 0,30/litro de gasolina em 1989 para US\$ 0,0759 em 1994, foi ainda mais corroída. Estes reajustes foram concedidos pelo governo para não perder os votos dos usineiros (alguns também ruralistas) em favor das reformas, incluindo a quebra do monopólio estatal do petróleo.

3) O terceiro objetivo foi liquidar o Proálcool. Agora que as reformas foram aprovadas é preciso liquidar o Programa. Afinal, as distribuidoras não vão querer este concorrente da gasolina que, além do mais, é subsidiado por ela mais de US\$ 1 bilhão/ano. Em outras palavras, querem o mercado totalmente lucrativo e livre de subsídios. O fato do álcool ser estratégico, energia renovável, pouco importa. O importante, de fato, é o lucro. E quanto maior, melhor. Por isto, diminuíram o diferencial de preços, jogando pá de cal no programa do álcool, tão estratégico para o País por ser uma energia renovável.

4) O quarto motivo é inviabilizar a Petrobrás, justamente para torná-la privatizável a curto prazo, a preços irrisórios e moedas podres, além de atribuir-lhe a culpa do insucesso a que se destina o Plano Real. Tudo exatamente como ocorreu na Argentina com a YPF.

Concluindo, os aumentos nos preços dos combustíveis, além de totalmente inoportunos, inadequados e extemporâneos, não foram destinados a beneficiar a Petrobrás. Ao contrário, a atual estrutura, comparada com a de 01/07/95, que já era perversa, ficou ainda mais draconiana para a Empresa. A Petrobrás teve queda e não aumento de preços. Portanto, deve ser feita uma revisão da estrutura de preços que dá um ganho absurdo às distribuidoras.

O Proálcool é um programa estratégico que precisa ser mantido. Não pode continuar existindo às custas da Petrobrás que paga mais de US\$ 100 milhões por ele por mês. Neste sentido, deve haver o compromisso do Governo como um todo e não o sacrifício individual de uma única empresa.

Neste contexto, é urgente a necessidade de o Congresso Nacional propor uma lei regulamentando os preços dos combustíveis nos padrões dos países do Primeiro Mundo como, por exemplo, os EUA, onde as distribuidoras recebem 2% do preço ao consumidor, o refinador 65% e os revendedores três vezes mais que as distribuidoras.

Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET)

Av. Almirante Barroso, 22 - 19º andar - Centro - RJ - CEP: 20031-000 - Tel.: 220-4774 - Fax: 262-9224

BOLETIM DA AEPET

■ Coordenação Gráfica: Selulloid AG Comunicação - Tel: 220-3861

■ Jornalista Responsável: Ivana Barreto